



## **PLANEJAMENTO ESTATAL E SUBMISSÃO DO CAMPO À CIDADE: ESTRATÉGIAS DE COLONIZAÇÃO RURAL NO BRASIL E NA ESPANHA OCORRIDAS NO SÉCULO XX**

**Paula Adelaide Mattos Santos Moreira<sup>1</sup>**

PPGAU/UFBA

paulagemeos@gmail.com

**Guiomar Inez Germani<sup>2</sup>**

PPGEO/UFBA

guiomar@ufba.br

### **RESUMO**

Este artigo tem como preocupação a reflexão do processo de concepção das formas espaciais decorrentes da implantação de núcleos urbanos nos projetos de colonização rural planejados por arquitetos na Espanha, relacionando suas semelhanças e diferenças com o caso brasileiro. Ressalta-se que a implantação do instrumento de ocupação territorial através da colonização aconteceu em ambos os países no período de governos totalitários. Na Espanha, na era Franco (1936 - 1975) e no Brasil, na ditadura militar (1964 - 1988). Considera-se, em ambos os casos, que no período de implantação dos projetos de colonização a expansão capitalista impunha uma lógica urbana para os espaços, mesmo que rurais e, nos casos apresentados, o modelo modernista serviu de referência para a concretização deste processo, subjulgando e desconsiderando as formas espaciais construídas historicamente pelas sociedades camponesas, tanto no Brasil como na Espanha.

**Palavras-chave:** formas urbanas no campo, projetos de colonização, modernismo.

### **ABSTRACT**

This paper is concerned reflection of the spatial design forms resulting from the implementation of urban areas in the rural colonization projects designed by architects in Spain, relating their similarities and differences with the Brazilian case process. It is emphasized that the implementation of the instrument of territorial occupation through colonization happened in both countries from totalitarian governments. In Spain, Franco (1936 - 1975) and was in Brazil during the military dictatorship (1964-1988). It is considered, in both cases, that the implementation period of the colonization projects capitalist expansion imposed a logic to the urban areas, even though rural and, in the cases presented, the modernist model served as reference for the completion of this process disregarding spatial forms historically built by peasant societies, in Brazil and Spain.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e membro do Grupo de Pesquisa GeografAR.

<sup>2</sup> Integrante do Programa de pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia e coordenadora do Grupo de Pesquisa Geografar.



**Keyword:** urban forms in the country, colonization projects, modernism.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de parte da pesquisa de doutorado em andamento da autora e, traz uma reflexão quanto às formas espaciais decorrentes da implantação de núcleos urbanos nos projetos de colonização rural planejados por arquitetos na Espanha e suas possíveis influências nas experiências brasileiras. Ressalta-se que a implantação do instrumento de ocupação territorial através da colonização aconteceu em ambos os países no período de governos totalitários. Na Espanha, na era Franco (1936 - 1975) e no Brasil, na ditadura militar (1964 - 1988).

Busca-se na história espanhola um resgate das formas de se pensar a organização espacial do meio rural, principalmente após os impactos da revolução industrial atingirem as cidades. A demanda por alimentos e a conseqüente necessidade de disciplinar os camponeses aos novos paradigmas da produção agrícola levaram arquitetos e agrônomos a desenvolverem um amplo espectro de estudos sobre moradias rurais, povoados (*pueblos*), colônias agrícolas e fazendas, fato que gerou um rico conjunto de experiências. Nota-se, através dos estudos que a forma como o campo foi sendo alterado está intimamente ligada às teorias de compreensão, apreensão e planejamento urbano.

Verificou-se que as experiências espanholas que, tiveram uma forte influência inglesa e francesa, muito contribuíram para a construção dos modelos espaciais da colonização rural brasileira no período estudado. Por isso, neste artigo busca-se sistematizar a evolução das formas de se planejar o espaço rural na Espanha, mostrando como que gradativamente o ideário modernista foi sendo apropriado até ser introduzido no Brasil.

Dois *pueblos* de colonização da Zona do Bajo Guadalquivir, região de Andaluzia, implantados na década de 1960 (fase final do processo de colonização espanhola) serão apresentados como exemplo. A forma como se implantou os empreendimentos em questão e seus objetivos parecem ter grande convergência em vários aspectos com as primeiras experiências brasileiras, evidenciando a possibilidade de adoção de fragmentos do modelo espanhol para o Brasil.

Em ambos os países, a demanda por terra, aliada a necessidade econômica vigente de modernização da agricultura vinculada a permanência da estrutura agrária por setores conservadores da sociedade resultaram em ações mitigadoras de um processo amplo de reforma agrária, a começar pela Espanha. Assim sendo, os projetos de colonização se constituíram em soluções institucionais para se viabilizar uma integração nacional e a minimização de conflitos por terra, propiciando infraestrutura em áreas antes pouco povoadas objetivando a ampliação de processos produtivos no campo, sem, entretanto, ameaçar a lógica fundiária baseada nos latifúndios.

Neste artigo, optou-se por fazer um breve levantamento dos processos evolutivos espaciais no campo até se chegar aos *pueblos* e, a partir daí, compreender as formas produzidas a partir das estruturas urbanas, até se chegar aos exemplos selecionados, levantando-se aspectos convergentes entre o modelo de colonização espanhol e brasileiro.

É considerado como base para as reflexões levantadas sobre a implantação dos *pueblos* que a sociedade urbana transforma progressivamente a vida agrária, seguindo uma tendência de urbanização global (LEFEBVRE, 1999). Nesta perspectiva,



considera-se que no período de implantação dos projetos de colonização estudados a expansão capitalista impunha uma lógica urbana para os espaços, mesmo que rurais e, nos casos apresentados, o modelo modernista serviu de referência para a concretização deste processo, subjulgando e desconsiderando as formas espaciais construídas historicamente pelas sociedades camponesas na Espanha.

## **O CASO DOS PUEBLOS DE COLONIZACION DA ESPANHA**

### PRECEDENTES DA COLONIZAÇÃO POR *REGADIO*

Um dos fatores mais importantes que interferiram na forma de se pensar a organização do espaço rural espanhol foi o conjunto de repercussões oriundas do processo de revolução industrial europeu. Segundo *Monclús & Oyón* (1988), na Espanha, as reflexões sobre as formas de se pensar o campo vieram após este processo já ter sido deflagrado na França e, principalmente, na Inglaterra. Por esta razão, muitas das soluções adotadas nestes dois países foram utilizadas pelos espanhóis. As principais delas são a concepção das cidades jardim e a forma dos pavilhões para se organizar o espaço industrial.

De acordo com Panerai (1986), entre 1840 e 1901 a população de Londres se duplicou e a da grande Londres se triplicou. Na medida em que as atividades econômicas progrediam a população ia se deslocando para a periferia e, os avanços na organização dos transportes viabilizaram a moradia nos subúrbios. Neste contexto, abre-se um grande debate sobre Londres e sua relação com seu entorno e, acende-se o enaltecimento e admiração pelo campo. Howard publica em 1898 o livro “*Garden Cities of Tomorrow*” que, propõe um tipo de crescimento urbano baseado nas cidades jardim.

A conturbada vida nos centros urbanos, com suas mazelas sociais, sujeira e mau cheiro, dentre outros aspectos negativos, eram contrastados com uma proposta de vida mais tranquila, limpa, ligada a natureza. A proposta previa que futuramente poderia se viver e trabalhar em locais com estas características, sem a necessidade do deslocamento, aumentando-se assim as vantagens da vida numa cidade jardim.

A codificação formal das cidades jardim se aplicou com constância em conjuntos residenciais de baixa densidade levantados nos arredores de cidades e, influenciou, mesmo que não imediatamente, a forma de se pensar os espaços rurais.

Esta afirmação é justificada pelo fato de que as cidades jardim subsidiaram e enalteciram a ideia de se morar e trabalhar no campo, não mais como um camponês “atrasado” e sim numa perspectiva de adaptação do campo para a nova forma de se viver nas cidades. Isto porque o aumento da produtividade ocorrido pelas indústrias nas cidades consistia numa demanda para a produção agrícola, principalmente porque o aumento populacional exigia do campo uma maior quantidade de insumos.

O alcance de maior produtividade agrícola só poderia ocorrer com as transformações nas relações de trabalho no campo e, conseqüentemente, da organização do espaço das fazendas.

Outro aspecto de grande relevância era incitado pelo anseio de se moralizar e higienizar as cidades. Os hábitos oriundos das formas de moradia em cortiços geravam tensões sociais e problemas sanitários. A violência e as epidemias eram frutos deste processo.

O modelo inglês foi amplamente adotado na Espanha justamente por dar conta de transportar conceitos de urbanidade (higiene, trabalho, moralidade, etc.) a vida rural.



A discussão das habitações rurais era protagonista neste processo inicial, pois, as mudanças nas relações de trabalho na agricultura estavam acontecendo e a figura do camponês tradicional não mais se adequava a esta realidade. A casa unifamiliar e agrupada próxima ao local de trabalho eram fundamentais para garantir o desempenho das fazendas baseadas no trabalho assalariado

Segundo Monclús & Oyón (1988), neste momento iniciou-se um processo de se pensar as fazendas para que adaptassem as demandas da época. Surgem, então, as fazendas experimentais que se constituíam em laboratórios de como se aperfeiçoar, sistematizar e ordenar a produção agrícola. O controle dos processos era fundamental, para tanto, os pátios com a concentração dos serviços eram implantados como um modelo de organização social. Além disso, começa a se inserir a ideia francesa dos pavilhões como forma de aperfeiçoar os processos produtivos. O objetivo era de se veicular através das fazendas experimentais novos comportamentos e condutas ideais para a época. A ruralidade, entretanto, ainda predominava nestes tipos de fazenda.

Posteriormente, afirmam os mesmos autores, perseguindo os processos que dessem conta de resolver os problemas sociais que se intensificavam nas cidades, foram criadas várias colônias agrícolas. Numa perspectiva utópica e conservadora, a família, a propriedade e a cooperação eram fundamentais para se delinear uma nova sociedade. As colônias, normalmente com ideologia católica, se propunham a serem palcos de uma reforma social, se constituindo em espaços de controle e correção de condutas errôneas. Neste caso, o público era as pessoas que não se adequavam as cidades por ações ou perspectivas não desejadas (presidiários, órfãos, pobres, mendigos, adolescentes marginalizados, etc.). Assim como nas fazendas experimentais, o pátio era fundamental para o controle, agora dos colonos e, ainda neste momento, aspectos rurais se sobressaíam aos urbanos.

Seguindo-se um processo de valorização do campo, adaptando-o as demandas da elite do público urbano surgiram várias colônias agrícolas destinadas à educação interna e ao tratamento de saúde. Além disso, bairros de casas surgiam em torno de grandes fazendas com estrutura em forma de pavilhões, dando um aspecto de núcleo urbano industrial a estes conjuntos.

É importante destacar que o processo de dissolução do pátio central se constituiu no primeiro impacto das transformações com características urbanas em áreas rurais. Tais pátios, nas fazendas e em colônias agrícolas, serviam para o controle social, porém, no processo otimização do espaço em função da produção agrícola foram desaparecendo e, a partir daí se consolidando a implantação de edificações de uso múltiplo em forma de pavilhão. Assim, apropriação do campo pelos processos urbanos vai se consolidando, criando-se possibilidades para a implantação, na Espanha, dos *pueblos de colonizacion*.

Os *pueblos de colonizacion*, que se constituíram em núcleos urbanos implantados no campo espanhol para dar suporte à produção agrícola irrigada na política agrícola de Franco foram implantados por todo território espanhol entre 1945 e 1985. Estes se desenvolveram e adaptaram-se a partir do repertório existente nas experiências anteriores das colônias agrícolas e das fazendas experimentais e, de rupturas conceituais advindas de novas demandas organizacionais produtivas e formas modernistas de se estruturar espaços urbanos.



## OS PUEBLOS DE COLONIZACION

De acordo com Paredes & Maldonado (1990) foram projetados e implantados cerca de 300 *pueblos* no processo de colonização irrigada na Espanha no período Franco, estando mais de 70 arquitetos envolvidos neste contexto. Segundo os mesmos autores, foi um momento privilegiado para estes profissionais, com o montante de trabalho mais expressivo para estes naquele momento político.

O projeto de modernização do campo espanhol não tinha como meta a reestruturação agrária. Num primeiro momento teve o objetivo de frear o processo migratório para os centros urbanos, aumentando os postos de trabalho no campo e, posteriormente visava à alta produtividade agrícola, planejada e viabilizada a partir de infraestrutura de irrigação.

Para isso, concebiam-se novos *pueblos* como forma de moldar e controlar seu público alvo (fazendeiros, trabalhadores assalariados, colonos e pequenos produtores rurais), adaptando-o ao modelo capitalista de exploração agrícola pensado para aquele momento.

A bibliografia consultada para a elaboração deste artigo revela uma estreita relação entre as cidades jardim e as propostas iniciais de *pueblo*, já que a ideia de se trabalhar e morar no campo numa lógica urbana liga a ideia inicial dos *pueblos de colonizacion* as das cidades jardim. Conclui-se que tais *pueblos* se constituíram inicialmente enquanto uma proposta viável e tentadora justamente por fazer a articulação entre um uma proposta urbana consagrada e, por isso aceitável, e um novo projeto de produção agrícola.

De acordo com Paredes & Maldonado (1990), numa perspectiva urbanística, este processo de transformação espacial do campo deixou, durante três décadas, um grande conjunto de *pueblos* novos que, representam um capítulo significativo da história urbana e arquitetônica espanhola, já que além de serem testemunhas de um processo político onde o desenvolvimento rural foi priorizado com nuances diferenciadas, foram projetados por gerações de arquitetos diferentes que se utilizaram de um vasto repertório de referências e possibilidades para suas experimentações.

## DOIS EXEMPLOS DE PUEBLOS NA ZONA REGABLE DO BAJO GUADALQUIVIR

Optou-se trazer com maior destaque dois exemplos da última fase (após 1960) do processo de colonização por *regadio*. Esta escolha se deu, pelas características de repetição e simplificação das funções e formas urbanas e arquitetônicas, comuns nos *pueblos* implantados neste período e, por sua confluência com as primeiras agrovilas brasileiras, localizadas na região amazônica, em meados da década de 1970.

A “Zona Regable do Bajo Guadalquivir” se constituía numa das 194 zonas irrigáveis implantadas nas sete unidades espaciais de planejamento (Regionales por Cuenca Hidrográficas) inseridas no grande projeto de modernização do campo espanhol desenvolvido durante do Governo Franco. Na “Zona Regable do Bajo Guadalquivir”, inserida na Regional Del Guadalquivir (que no total continha 32 zonas irrigáveis), foram implantados 10 *pueblos*, dentre estes, San Leandro e Maribáñez, exemplos tratados neste artigo.

O primeiro exemplo, o San Leandro (FIGURA 1), elaborado em 1964 pelo arquiteto Jesús Ayuso e, localizado em Sevilha, trata-se de um *pueblo* de pequeno porte com capacidade para 54 moradias. Sua estrutura interna conta com uma praça central



onde se agrupam os edifícios de uso coletivo e, onde desemboca uma larga rua principal.

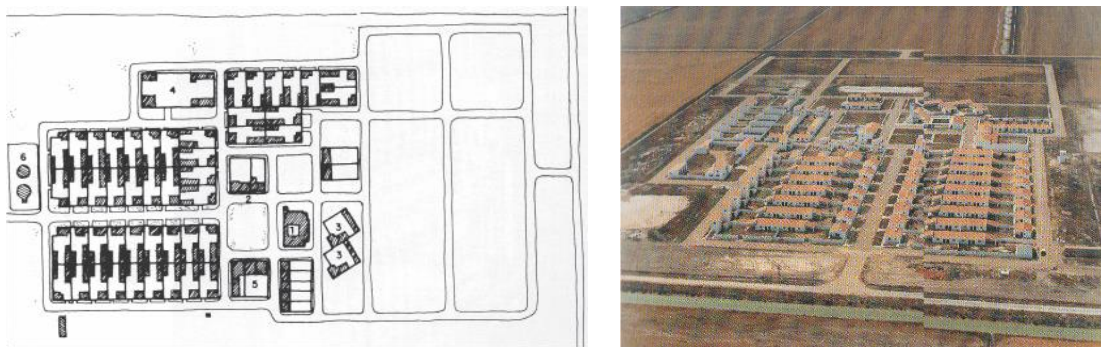


FIGURA 1 – Projeto de Implantação e Vista Aérea do *Pueblo de Colonización San Leandro*  
Fonte: Paredes & Maldonado, 1990.

É possível observar em San Leandro a exagerada dimensão da rua principal e os amplos espaços livres reservados para praça, não sendo considerada a aridez climática da região de Andaluzia, fato que o dá uma sensação de desconforto geral.

San Leandro demonstra a grande influência modernista nas edificações, porém com um extremo empobrecimento da proposta. Verifica-se uma monotonia paisagística no conjunto pela repetição sistemática das unidades habitacionais.

Segundo Paredes & Maldonado (1990), San Leandro é um exemplo de projeto pouco acertado de estrutura urbana para área rural já que não considera os valores acumulados dos modos de vida das comunidades rurais e, também, o meio físico (geográfico). Os mesmos autores afirmam que se trata de um experimentalismo a margem do contexto e da tradição urbanística local.

O segundo exemplo, o «pueblo de Maribáñez», foi elaborado em 1964 pelo arquiteto Daniel Carreras. Este exemplo se constitui num núcleo urbano de porte médio com capacidade para 293 moradias (FIGURA 2).

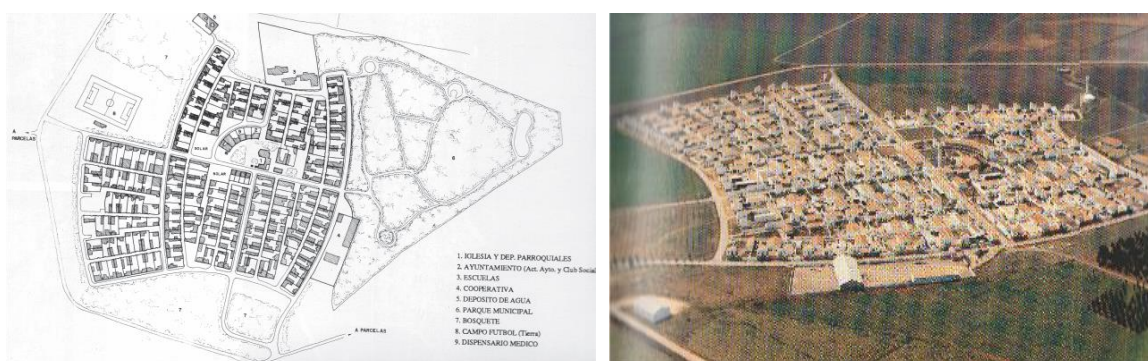


FIGURA 2 - Projeto de Implantação e Vista Aérea do *Pueblo de Colonización Maribañez*  
Fonte: Paredes & Maldonado, 1990.

Ele se diferencia do outro exemplo por seu tratamento projetual mais adequado a realidade rural que, muito se apoia nas ideias das cidades jardim (FIGURA 4). Como diferencial, foram pensadas vias exclusivas para pedestres sombreadas. As vias de automóveis passam pelos fundos das moradias como uma via exclusiva de serviço.



Destaca-se, ainda, em Maribáñez a presença de um parque junto ao núcleo urbano (FIGURA 6).

Em Maribáñez existem três zonas com um núcleo e uma praça central maior que possui uma igreja que se apoia na rua principal. Na parte da praça central existe um edifício coletivo em formato curvo. O fato de haver equipamentos com múltiplas funções nesta praça, além do sombreamento propiciado pelas árvores e, sua localização central e perpendicular à rua principal dá a ela uma vitalidade de uso, se constituindo num centro de atividades sociais bastante utilizado, segundo Paredes & Maldonado (1990).

## **PROJETOS DE COLONIZAÇÃO BRASILEIROS**

### **PRECEDENTES AOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO BRASILEIROS**

No meio rural, a ocupação do espaço brasileiro sempre esteve vinculada a interesses produtivos de elevado porte e a grandes propriedades. No início do processo de colonização instalaram-se as fazendas de engenho, localizadas na região costeira do país (principalmente na Bahia e em Pernambuco), que, destinavam-se a suprir os interesses da metrópole portuguesa.

No processo de interiorização do país, afirma Luccas (1997), próximo a grandes rios, surgiram as fazendas de gado. Neste caso, aparecem os vaqueiros que, construíam suas casas na área da fazenda e criavam seu gado, além do gado do fazendeiro, formando, muitas vezes pequenos vilarejos em torno da casa grande. As fazendas de gado estavam presentes em grande parte do território brasileiro desde o sul, ao norte, o nordeste, abrangendo, ainda a região sudeste, com destaque para Minas Gerais.

Desde a Proclamação da República até o ano de 1930 vigorava no Brasil a República Velha, conhecida hoje como o primeiro período republicano brasileiro. Neste momento, o poder político estava concentrado pela oligarquia cafeeira, já que o café exerceu uma grande importância para a economia do país, porque era praticamente o único produto brasileiro de exportação.

Seu cultivo era desenvolvido especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e algumas áreas de Minas Gerais, fato que gerou maior desenvolvimento urbano nas principais cidades destes estados.

As fazendas de café chegaram a ter edifícios bastante sofisticados e imponentes, possuidoras de arquiteturas ecléticas com grande influência neoclássica, segundo Cruz (2010). Normalmente as casas grandes eram inseridas em pontos mais altos, porém com toda a estrutura produtiva em seu entorno, mostrando a priorização do setor produtivo em relação a estética da paisagem, seguindo, neste aspecto, o mesmo conceito das fazendas de engenho, de gado, de cacau e de borracha. O fator controle era o principal aspecto para justificar a implantação das casas grandes junto das áreas de beneficiamento, alojamento e produção em todos os casos citados.

Com a crise do café e a abolição da escravatura, incentivou-se um processo de colonização rural no Brasil. Germani (1993) identifica este fenômeno como a primeira fase do processo de colonização brasileira, que aconteceu entre 1822 a 1930 e, foi caracterizado pelo seu público alvo: os imigrantes estrangeiros.

É importante destacar neste contexto que, por ocasião dos conflitos entre a França e a Inglaterra, foi forjado e veiculado pela primeira a existência de uma América Latina. Esta América, diferente da América anglo saxônica (liderada pela Inglaterra),



deveria ter sintonia com padrões estéticos, culturais e comportamentais aos da França. A crise política e econômica de Portugal e Espanha propiciou terreno fértil a territorialização deste padrão. Segundo Gonçalves & Quental (2011), isto significou um prolongamento da colonialidade no Brasil em relação à Europa.

Os latinos americanos, a partir desta proposição se constituiriam dos descendentes europeus. Isto significa que os índios e negros foram desconsiderados. Desconsiderados, também, foram suas culturas, artes, religiões e saberes. A presença destes habitantes era vista de forma negativa e pejorativa. Assim sendo, eles não teriam condições de povoar e contribuir para desenvolvimento do país de forma adequada.

Neste contexto, a imigração estrangeira foi incentivada para se impedir que a nação brasileira fosse predominantemente constituída de cidadãos índios, negros e mestiços. Desejava-se que esta fosse constituída de uma “raça nobre” para se viabilizar o desenvolvimento país.

Neste mesmo momento e regida pelas experiências parisienses, surgia a política higienista aliada ao embelezamento das cidades. Assim sendo, sob a égide da colonialidade foram implantados programas de saneamento e reforma urbana nas cidades que começavam a crescer pelo êxodo rural, abolição da escravidão e chegada de imigrantes estrangeiros.

Trabalhava-se, naquele momento por um país com belas e saudáveis cidades ocupadas por habitantes, predominantemente “belos”, isto é, brancos.

Como consequência, os negros libertos da escravidão ficaram sem opção de trabalho, no mesmo instante que grande parte dos imigrantes estrangeiros foi encaminhada para trabalhar nas fazendas de café.

Houve, entretanto, um considerável percentual de imigrantes (suíços, alemães, italianos, dentre outros) que foi assentado em colônias agrícolas com o intuito de desenvolver áreas pouco povoadas com o conhecimento prévio que haviam adquirido em seus países de origem. Províncias e agenciadores incentivavam a imigração prometendo terra e prosperidade. Os imigrantes passaram por dificuldades no início do processo, sendo que muitos desistiram. Os que resistiram, em geral, se utilizaram dos próprios recursos para desenvolver as terras que tiveram acesso.

É importante destacar que no mesmo instante em que se incentivava o povoamento do país por imigrantes estrangeiros, iniciava-se um processo de crescimento dos centros urbanos mais promissores. Contraditoriamente, a demanda por trabalho e consumo atraía estes mesmos imigrantes ao meio urbano. Isto porque as dificuldades encontradas nas colônias agrícolas muitas vezes inviabilizava o desenvolvimento dos colonos naquele ambiente, assim sendo, a instalação das primeiras indústrias de fabricação simples como tecidos e calçados, trazia para os mesmos uma possibilidade real de trabalho num ambiente mais promissor, a cidade.

A crise de 1929 trouxe mais um elemento a este contexto: os cafeicultores passaram a investir em indústria, visualizando o aumento do mercado consumidor urbano para bens de consumo e, aproveitando-se da infraestrutura gerada pela economia cafeeira, tais como, estradas de ferro, portos, usinas hidrelétricas e redes telegráficas.

Neste momento uma grande contradição se coloca entre princípios norteados pela economia e pela ideologia. Isto é, de um lado o aumento dos centros urbanos viabilizando a economia industrial nascente e, por outro, a ocupação do meio rural por uma população estrangeira e, conseqüentemente “superior” para tornar o país predominantemente ocupado por pessoas que tenham capacidade real de desenvolvê-lo.





Obviamente, a opção econômica se sobressaiu sobre a ideológica já que para a segunda ter êxito, dever-se-ia interferir na rígida e concentrada estrutura fundiária vigente, fato que o poder hegemônico daquela época se contrapôs veementemente.

Longe da interferência direta dos cafeicultores, algumas colônias agrícolas do sul do país conseguiram se manter e reproduzir.

Na segunda fase de colonização (1930-1964) elencada por Gemani (1993), em meio ao debate acirrado pela viabilidade ou não da reforma agrária, foram implantadas algumas colônias agrícolas onde se destacava a pouca assistência do Estado em relação aos colonos.

Estas colônias já não tinham como característica principal o público estrangeiro. Elas estavam inseridas numa perspectiva de abastecimento alimentar aos centros urbanos que cresciam com grande velocidade. Assim como na primeira fase, estas colônias se desenvolveram de diversas formas, de acordo com as características sociais, culturais, organizacionais e físicas do espaço físico.

Num contexto geral, estas colônias agrícolas não se constituíam neste momento como uma resposta do Estado aos conflitos emergentes no campo. Segundo Oliveira (2007), desde a marcha nacional para a industrialização e a conseqüente urbanização a partir de 1930, a sociedade passou a conviver com o aprofundamento dos conflitos no campo que, em parte, foram relacionados com as tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados diante da presença de latifúndios improdutivos.

Em decorrência disto, antes do Golpe Militar de 1964 houve, segundo Oliveira (2007), um longo embate ideológico na sociedade sobre a reforma agrária. Existia certo consenso entre os comunistas, a esquerda nacionalista e os nacionalistas liberais a respeito de sua necessidade para o país, para eles, a oligarquia rural representava o latifúndio improdutivo ou pouco rentável, contrário aos novos interesses industriais e democráticos.

Após 1964, o processo democrático de debate sobre a questão agrária foi cessado. Contraditoriamente o Presidente Castelo Branco assinou o Estatuto da terra (lei nº 4.504), vigente até o presente momento. Porém, apesar de seu conteúdo ser bastante amplo, tratando da função social da terra e da própria reforma agrária, esta lei não foi implementada pelos militares. Pelo contrário, segundo Oliveira (2007), o período foi marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Pode concluir que o Estatuto da Terra se constituiu, segundo a lógica de Harvey (1980), numa elaboração oriunda de uma teoria contra revolucionária que se apropriou de uma teoria revolucionária, no caso a reforma agrária, manipulando-a de acordo com os interesses das forças conservadoras nacionais.

O essencial é que de modo geral, como afirmam Leite et alli (2004), durante o regime militar prevaleceu a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da reforma agrária. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas.

De acordo com a lógica de urbanização dependente de Castells (1993), a sociedade agrária predominante (as oligarquias) não se decompôs como poderia ter acontecido caso o projeto de reforma agrária tivesse se efetivado, pelo contrário, se fortaleceu pela concordância dos interesses entre os grupos dominantes urbanos e rurais.

Segundo Oliveira (1972), isto se explica pelo fato de que o subdesenvolvimento das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo se constitui na “produção” das oposições entre nações (centro-periferia), das estruturas internas de dominação (classes sociais internas) e da expansão do capitalismo mundial. A modernização



agrícola brasileira contou com todos estes elementos para se reproduzir enquanto realidade, tendo o Estado com grande protagonista e as conservadoras oligarquias em conjunto com os oligopólios internacionais como os maiores beneficiários deste processo.

Os projetos de colonização aparecem neste momento, dando corpo a terceira fase indicada por Germani (1993). Suas características estão tratadas de forma destacada, já que o objetivo deste artigo é relacionar as políticas agrárias dos governos totalitários do Brasil e na Espanha.

## PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DO REGIME MILITAR

As ideias mais representativas elaboradas para subsidiar o processo de colonização rural dirigido exclusivamente pelo Estado brasileiro aconteceram a partir de 1970, no duro Governo Médici. Estas, segundo Germani (1993) objetivavam subsidiar uma política nacional de base geopolítica, além, de abrir divisas para a expansão do capitalismo, tanto agrícola como industrial e de mineração na região Amazônica. Os projetos de colonização de maior importância e envergadura foram implantados nas margens da recém construída BR 230, a rodovia Transamazônica.

Uma publicação de 1973 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma redigida pelo arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo se constitui no documento básico para se entender todo o processo de concepção inicial das formas espaciais produzidas nos projetos de colonização.

O autor explicita em seu texto sua grande experiência na implantação de colônias agrícolas na segunda fase de colonização rural brasileira (de 1930 a 1964). Ele, no início do texto sinaliza a opinião de que tais colônias sofriam evasão não dos que não conseguiam se desenvolver nelas, mas, justamente dos que conseguiam acumular recursos para se mudar para as cidades. Esta, segundo o autor, se constituía no lócus de múltiplas possibilidades e de desenvolvimento. O campo, ao contrário, era o local da ignorância e do atraso tecnológico. Era necessário, então, levar os elementos da estrutura urbana para os projetos de colonização, permitindo, assim, possibilidades de desenvolvimento para os mesmos.

Este arquiteto foi responsável pela transposição das ideias urbanísticas e arquitetônicas de colonização ocorridas em outras partes do mundo, para o Brasil. Verifica-se uma grande proximidade dos modelos teóricos elaborados por ele aos estudados por esta autora nas publicações espanholas que tratam da análise do planejamento dos *pueblos de colonización*.

O conceito em que Camargo apoiou sua proposta foi o de urbanismo rural que, segundo ele, baseava-se no planejamento integrado, considerando-se elementos da área social, econômica e física do meio rural. Assim como na Espanha, determinavam-se zoneamentos, destinavam-se usos, dimensionavam-se áreas tendo em vista os recursos necessários para criar e promover o desenvolvimento.

As áreas deveriam ganhar autonomia econômica gerando uma espécie de rede urbano-rural autossustentável socioeconomicamente. Para tanto, deveria haver um controle social dos que iriam ocupar os espaços propostos.

Como parte deste controle social para garantia do “sucesso” dos empreendimentos, estipulou-se que pessoas com pouca instrução e poucos recursos deveriam ser contratadas para trabalhar, sem o direito a terra. Estas receberiam uma casa em uma agrovila com um terreno suficiente somente para a sua produção de



subsistência. O que se objetivava era a ocupação para fins de desenvolvimento e modernização econômica.

O planejamento era o grande norteador deste processo assumindo o protagonismo das ações governamentais. O Estado era o grande planejador, assim como na Espanha. Sugerindo-se uma relação com Arantes (2000), percebe-se nitidamente que o planejador passa a se confundir com um empreendedor, assim sendo, o Estado empreende os projetos de colonização, embora de forma contraditória em relação a seus objetivos.

Neste contexto, pensava-se na construção de comunidades onde o coletivo prevalecesse sobre o individual. Elementos culturais característicos, tais como religião e hábitos, deveriam ser diluídos para a formação de um novo grupo social que desse conta da proposta elaborada. Uma grande utopia.

Ao mesmo tempo em que se propunha a ocupação da Amazônia com funções agrícolas, negava-se o modo de vida rural. O modo de vida urbano era a utopia perseguida.

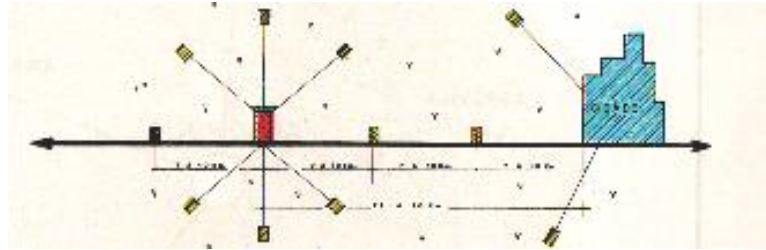
Apesar da experiência e conhecimento técnico e histórico do arquiteto, não se conhece exemplos de projetos de colonização deste período que tenham tido êxito. As formas espaciais elaboradas pelo arquiteto foram implantadas e podem ser visualizadas in loco, porém, suas funções foram completamente alteradas. Grande parte dos núcleos urbanos projetados neste período se transformou em sede municipal, mas, com alto grau de carência econômica, social e de infraestrutura. A prosperidade advinda da produção agrícola não se concretizou e, a degradação ambiental desenfreada é uma triste consequência deste processo.

## O EXEMPLO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO BRASIL NOVO

O exemplo tratado neste estudo, município de Brasil Novo, se iniciou como uma unidade de um conjunto de dezesseis agropólis projetadas nas margens da BR 230.

De acordo com a publicação de Camargo (2003), interpreta-se que uma agropólis deveria se constituir num pequeno centro agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Sua influência deveria abranger um raio de 10 km, onde estariam localizadas as agrovilas. Estas, teoricamente funcionariam como bairros satélites das agropólis, com características mistas entre o rural e o urbano, objetivando acomodar os que estavam diretamente se dedicando as atividades agropecuárias.

Com a lógica do planejamento integrado, foi elaborado um modelo teórico espacial (FIGURA 4) pensado para se criar uma rede urbano-rural hierárquica, onde elementos da urbanidade fossem recriados em áreas rurais. Tal hierarquia tinha como elemento central a rupólis que se constituía como pequeno polo de desenvolvimento, onde orbitavam as agropólis e as agrovilas num raio de 70 a 140 km. Não se pode deixar de destacar as influências da Escola de Chicago e da teoria de Christaller neste esquema teórico.



**FIGURA 4 – Modelo Conceitual com a Hierarquização das Unidades Urbano-Rurais (amarelo-agrovila, vermelho-agropólis, azul-rurópolis)**

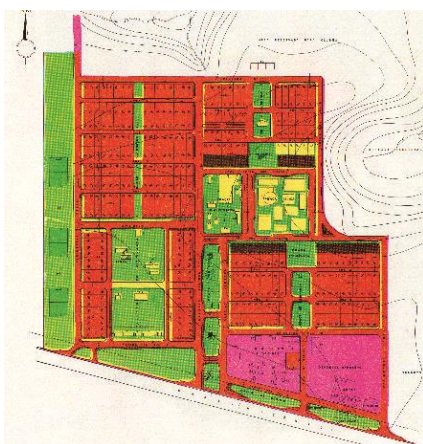
Fonte: Camargo, 1973.

Nas margens da BR230 foram planejadas três ruropólis: Altamira, Itaitubã e Marabá. Destacando-se que estas cidades já haviam sido constituídas em processos de ocupação anteriores ao contexto deste estudo. Estrategicamente foi aproveitada a infraestrutura urbana já existente nestas cidades para se imprimir a elas funções de ruropólis, minimizando-se custos e potencializando-se as relações socioespaciais antecedentes.

É importante salientar que nos programas das unidades urbano-rurais (ruropólis, agropólis e agrovilas) haviam equipamentos sociais, de produção e serviços historicamente existentes nas cidades. Além disso, as zonas, os traçados e as funções planejadas eram baseados nas propostas modernistas para o meio urbano.

Um elemento essencial à experiência tratada é que a formação de núcleos urbanos em áreas não povoadas era algo palpável para a realidade brasileira naquele momento, visto a experiência arrojada de Brasília que acabava de se consolidar.

Observando-se o projeto da agropólis Brasil Novo (FIGURA 5) confirma-se a forte influência modernista e, ao mesmo tempo conservadora. O projeto prevê lotes para residências de técnicos de nível superior e nível médio, para funcionários “burocratas” e empregados, seguindo uma hierarquia relacionada à qualidade dos lotes, isto é, os que possuíam maior status teria um lote melhor localizado, maior e com uma moradia mais estruturada.



Fonte: Camargo, 1973.



Google Earth, 2013.

**FIGURA 5 – Projeto da Agropólis Brasil Novo e Imagem Aérea Atual.**

Além disso, a agropólis previa áreas de integração social, de apoio à produção agrícola e residencial que se estabelecia a partir de um zoneamento bastante rígido, onde cada equipamento (armazém, restaurante, heliporto, posto de gasolina, motel, clube e templo ecumênico) estaria previamente locado, sem a possibilidade de adaptação a



realidade local. Um típico planejamento urbano tecnocrático-centralizado-autoritário, utilizando-se os termos levantados por Vainer (2000).

Mas, como será que é a realidade desta experiência na atualidade; como este rígido esquema de planejamento se implantou de fato nas margens da BR 230;

A agropólis Brasil Novo foi elevada à categoria de município pela lei estadual nº 5672, de 13-12-1991, desmembrado dos municípios de Medicilândia, Altamira e Porto Moz. Sua população vem gradativamente aumentando entre os anos de 1991 e 2010 (TABELA 1), o município em 2010 era considerado de pequeno porte, segundo critérios do IBGE.

**Tabela 2 – Valores Agregados por Setores da Economia em Brasil Novo e Pará (2010)**

Variável	Brasil Novo	Pará
Agropecuária	32.175	3.157.179
Indústria	10.890	11.695.676
Serviços	55.988	20.439.321

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A Tabela 2 mostra que contraditoriamente ao que foi planejado, Brasil Novo tem no setor dos serviços sua maior atividade econômica, apesar de ter sido pensada para suprir o setor agropecuário.

A Tabela 3 mostra que a renda per capita em Brasil Novo vem evoluindo desde 1991, possivelmente pela existência dos programas sociais de transferência de renda. Porém, mesmo assim, não foi alterado o percentual de pessoas extremamente pobres (em torno de 25%). Ao contrário, o índice de Gini para renda mostra um aumento gradativo de concentração entre 1991 e 2010.

**Tabela 3 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Brasil Novo**

Descrição	1991	2000	2010
Renda per capita	170,3	289,98	408,55
% de extremamente pobres	25,21	20,42	26,63
Índice de Gini	0,48	0,55	0,67

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

Um elemento atual possível de ser observado em Brasil Novo é o seu traçado urbano. A FIGURA 9 mostra que a atual malha urbana pouco se expandiu em relação ao projeto apresentado por Camargo (1973). Houve um crescimento ao sul, margeando a BR 230 e no extremo norte, já fora da malha urbana mais consolidada. Isto mostra a pouca dinamização da área e, também, a personalidade do traçado projetado que ainda se mantém, apesar dos quarenta anos de implantação da agropólis.

As imagens do Google Earth revelaram que as zonas destinadas à produção e, as áreas destinadas ao uso coletivo foram ocupadas por habitações. Este fato demonstra que apesar do traçado projetado ter sido mantido, suas funções foram adaptadas à realidade cotidiana de sua população.

Outro aspecto observável é a falta de pavimentação em quase toda cidade, mostrando que existe uma grande carência de infraestrutura urbana, fato que incide na qualidade de vida da população.

Dois aspectos devem ser destacados neste contexto. O primeiro se relaciona a toda estrutura urbana montada para se viabilizar a modernização da economia agrícola



nesta região. Os dados mostram que este fato não ocorreu, mesmo com todo planejamento e recursos investidos para tal.

### **SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS FORMAS ESPACIAIS PRODUZIDAS NA ESPANHA E OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO BRASILEIROS**

Os espaços rurais, tais como fazendas, colônias e moradias, não foram amplamente debatidos na sociedade brasileira como na Espanha. O processo periférico de industrialização do país conjugado pela rígida concentração fundiária impediu tal processo. Até meados do século XX o campo brasileiro tinha como principais gestores, oligarquias conservadoras com forte poder político.

Por conta desta questão, as formas espaciais das fazendas brasileiras se baseavam numa centralidade em relação à casa grande que, cumpria um papel semelhante aos pátios das fazendas e colônias espanholas: a do controle.

A ideia de modernização agrícola foi sendo implantada gradualmente no campo espanhol, com objetivos distintos, chegando-se já em 1933, no concurso da OPER, a se delinear núcleos urbanos extremamente arrojados para a época, já com o envolvimento de arquitetos nos projetos de concepção. Pouco antes, grandes fazendas com pavilhões foram implantadas e em seu entorno existiam verdadeiros bairros de trabalhadores assalariados, lembrando conjuntos industriais.

No Brasil, neste mesmo período, o processo de colonização agrícola foi deflagrado pelo assentamento de imigrantes de forma pouco estruturada, porém, com o objetivo de se desenvolver os processos agrícolas a partir de experiências externas, excluindo-se dos negros libertos e índios a possibilidade de acesso a terra. Não houve uma intervenção consistente do Estado e nem de setores privados para a geração de infraestrutura produtiva e habitacional. Assim sendo, os poucos arquitetos existentes no país se dedicavam às necessidades no meio urbano. Os imigrantes que conseguiram se manter como produtores agrícolas tiveram que se estruturar com seus próprios recursos e, por isso, é muito variada a forma de organização espacial adotada para tal.

O processo de modernização e aumento da produtividade agrícola do campo espanhol regido por Franco, a partir da década de 1940, teve como principal característica o planejamento e o controle estatal. Era a partir das potencialidades e limitações produtivas de cada região espanhola que se demandava a necessidade de constituição de um pueblo, que era elemento fundamental, pois, tinha função de criar uma dinâmica urbana ao cotidiano rural, neutralizando as formas tradicionais de cada região.

As formas urbanas e arquitetônicas eram muito bem concebidas já que muitos arquitetos se dedicaram a pensar estes espaços. Pode-se dizer que no período inicial os projetos tinham um grau de complexidade maior, com uma grande variedade de tipologias habitacionais e referências estilísticas por pueblo, fato que dava um aspecto mais particular a cada conjunto. Após a II Guerra Mundial, a tendência foi da adoção do estilo modernista empobrecido, com grande tendência a simplificação das formas e homogeneização estética.

A necessidade de modernização do campo brasileiro foi amplamente debatida a partir da década de 1950, quando o processo de industrialização estava de se consolidando. O debate era em torno da indispensabilidade, ou, não da reforma agrária.

A ideia da reforma agrária tomava cada vez mais corpo, principalmente, pelas pressões sociais, tendo, porém, as poderosas oligarquias como opositores. Mesmo



assim, nacionalistas apoiavam esta ideia acreditando que somente a desconcentração de terras poderia viabilizar a modernização e o aumento da produtividade agrícola.

Uma série de fatores políticos e econômicos levou ao golpe militar de 1964. O Regime Militar, com uma estratégia de controle e integração do território nacional optou por colonizar a Amazônia por volta de 1970. Neste momento, inicia-se o processo de planejamento estatal para áreas rurais que em sua estrutura de poder muito se assemelha ao modelo espanhol. Ambos os governos totalitários encontraram nos projetos de colonização uma forma de modernizar o campo sem alterar a estrutura fundiária e minimizar conflitos agrários.

Com um modelo periférico e tardio de colonização, o Brasil assimilou muitas ideias advindas de experiências externas. Fazendo-se uma analogia com Maricato (2000) quando aborda a questão das cidades brasileiras, considera-se que a importação dos padrões do chamado primeiro mundo foi um elemento de grande importância que consolidou o processo de modernização incompleta ou excludente no campo brasileiro a partir, também, dos projetos de colonização.

Neste contexto, a ideologia modernista simplificada, próxima a última e decadente fase dos pueblos espanhóis prevaleceram, com qualidade muito inferior. Além disso, a infraestrutura produtiva, que na Espanha se deu em forma dos projetos de irrigação, não foi implantada no Brasil, tendo como resultado final o fracasso do projeto como um todo.

Percebe-se nos traçados urbanos brasileiros uma tipologia padrão para as chamadas agrovilas, com formas geométricas e simétricas. Grandes avenidas com praças de funções diversas inseridas em seus canteiros centrais era uma constante nos projetos das agrovilas. As tipologias das casas não variavam por agrovila e nem se considerava as demandas rurais, fato que não ocorreu na Espanha já que foi deflagrado lá um amplo debate sobre as moradias rurais com uma rica variedade de modelos adaptados.

A semelhança principal entre a proposta dos pueblos e dos núcleos urbanos dos projetos de colonização está no fato de se adotar num momento temporal muito próximo (após a II Guerra Mundial) o estilo modernista como forma de se materializar a proposta de se implantar estrutura urbana em área rural, buscando-se viabilizar o processo de modernização agrícola. Segundo a lógica de Engels (1975), nada mais que a ordenação destinada a propiciar maiores possibilidades de acumulação de capital pelas classes dominantes.

Apesar do fracasso da proposta brasileira ter sido de grande dimensão devido não só pela inadequação desta, mas, pela sua má execução. O caso espanhol, segundo Paredes & Maldonado (1990) não demonstra, também, êxito. Muitos pueblos se encontram vazios, mesmo com sua implantação completa, isto porque o aumento da produtividade agrícola não aconteceu sob o modelo planejado demonstrando a ineficiência da estrutura da proposta, fato que não dependeu dos estudos, projetos e planos amplamente estudados e experimentados pelos arquitetos. Mas, porque, segundo Oliveira (2001), a política agrária tanto espanhola quanto brasileira encontrou obstáculos para enfrentar as grandes questões estruturais, permanecendo atada a mecanismos setorializados e conjunturais, já que as possibilidades de transformação foram gradativamente sendo amaciadas e substituídas por outras, alinhadas com os interesses hegemônicos e de novas perspectivas que se abriam para estes.

Assim sendo, mesmo com propostas de organização espacial mais ou menos estruturadas, tanto no Brasil como na Espanha, a participação dos arquitetos foi pontual, simplesmente para traçar as formas espaciais de núcleos urbanos e edifícios



apresentados a eles como demanda. Os arquitetos não participaram em ambos os casos de estudos de concepção e viabilidade da proposta, fato que não gera a estes profissionais o ônus do fracasso decorrentes das propostas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais deste artigo se constituem num conjunto de questionamentos para se fechar lacunas abertas a partir da investigação traçada para tal, além de uma única afirmação.

O primeiro questionamento seria a necessidade da compreensão de forma mais aprofundada da evolução dos padrões de moradia rural. Estuda-los com profundidade é como entender o embrião das relações sociais de produção e culturais estabelecidas, impostas e incorporadas à realidade brasileira.

Continuar os estudos das formas urbanas inseridas no espaço rural brasileiro, compreendendo sua gênese, processos, conteúdo, referências torna-se algo imprescindível para se refletir sobre os assentamentos de reforma agrária que vem sendo implementados desde o período de redemocratização do país.

Afirmando-se que houve um processo de empobrecimento e banalização das ideias modernistas, além de sua inadequação estrutural para a realidade contemporânea já que, segundo Asher (2010), o urbanismo moderno definia um programa de longo prazo aplicando princípios de organização espacial sem considerar que o futuro é incerto. Entende-se como lacuna a reflexão mais aprofundada sobre a confluência do modernismo no processo de planejamento espacial tanto dos *pueblos* (em sua última fase) quanto dos núcleos urbanos dos projetos de colonização brasileiros, para se chegar à realidade atual dos assentamentos de reforma agrária.

Secchi (2009), quando afirma que a cidade do século vinte é o conjunto estratificado e heterogêneo do passado e do presente sobrepostos, justapostos e misturados entre si consegue sintetizar o que se buscava na pesquisa proposta. Mostrar as origens dos processos de modernização do campo através de suas formas espaciais e levantar o questionamento de como estas se entrelaçam e formam os espaços produzidos nos assentamentos de reforma agrária atuais. Assim sendo, as pesquisas para a construção deste artigo pode ter revelado um importante caminho para a pesquisa de doutorado da autora.

Diante desta consideração e, do que se pode refletir a partir das pesquisas levantadas, conclui-se que o processo de industrialização e suas consequências nas cidades remeteram ao campo novas necessidades, sendo a principal delas, o aumento da produtividade agrícola. Neste contexto, o século XX assistiu estratégias de inserção de valores e dinâmicas urbanas ao espaço rural, tais como a construção de núcleos urbanos de colonização como forma de controle e viabilização dos processos produtivos. No Brasil e na Espanha, apesar das múltiplas diferenças que torna cada um como algo único, tais núcleos confluíram num importante aspecto: o modernismo. Este se configurou como um importante instrumento estatal para impor formas espaciais adaptadas ao interesse produtivista no campo, tanto pela característica totalitária dos governos, quanto por seus princípios (objetivamente elencados por Asher, 2010), tais como, a simplificação e repetição de funções urbanas destinadas a interesses específicos e a busca por resultados na economia de escala.



**BIBLIOGRAFIA**

- ARANTES, O. **Uma Estratégia Fatal: a Cultura nas Novas Gestões Urbanas**. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- ASHER, FRANÇOIS. **Os Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- CAMARGO, JOSÉ GERALDO DA CUNHA. **Urbanismo Rural**. Brasília: INCRA, 1973.
- CARNOY, MARTIN. **Estado e Teoria Política**. (equipe de tradução PUCCAMP) 2ª edição. Campinas: Papyrus, 1988.
- CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. 3ª edição. RJ: Paz e Terra (coleção pensamento crítico, vol. 48), 1993.
- ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. (tradução: Anália C. Torres). Porto: Edições Afrontamento, 1975.
- FELÍCIO, MUNIR JORGE. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. Tese de Doutorado, Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2011.
- GERMANI, GUIOMAR INEZ. **Cuestión Agraria y Asentamiento de población em el Área Rural: La Nueva Cara de La Lucha por La Tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990)**. Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999/70.
- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS L., PALMEIRA M. & CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. IICA:NEAD; São Paulo:Ed. UNESP, 2004.
- MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, A U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, NELSON. **Reforma Agrária na Transição Democrática: A Abertura dos Caminhos à Submissão Institucional**. Salvador: Loyola, 2001.
- VAINER, C. B. **Pátria, Empresa e mercadoria: Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.